

Princípio de Negociação de Valores Mobiliários e Informações Privilegiadas

Declaração de Princípio:

Ao longo de seu vínculo empregatício, os funcionários da 3M podem tomar ciência de informações sobre a 3M ou outras empresas que ainda não foram tornadas públicas. O uso ou a divulgação de tais informações não públicas ou "privilegiadas" sobre a 3M ou outras empresas, seja para benefício financeiro ou de outra natureza de um funcionário, não apenas viola a política da 3M como também pode representar uma violação da lei em muitos países em que a 3M opera. Tais leis tornam ilegal para qualquer pessoa que tenha informações relevantes não públicas sobre uma empresa negociar ações ou outros valores mobiliários de tal empresa ou divulgar tais informações a terceiros que possam efetuar tais negociações. A violação dessas leis pode resultar em penalidades civis e criminais.

Insider trading de informações privilegiadas é ilegal e proibida. Funcionários e terceiros que atuam em nome da 3M devem (1) cumprir todas as leis de insider trading de informações privilegiadas e valores mobiliários, e (2) não divulgar informações relevantes não públicas, ou, tendo conhecimento sobre informações relevantes não públicas da 3M ou de outra empresa, comprar ou vender valores mobiliários (tais como ações, opções, puts, chamadas ou quaisquer outros derivativos) da 3M ou de tal empresa. Além disso, os executivos de nível senior da 3M devem cumprir rigorosamente as regras de Comissão de Valores Mobiliários que restringem sua capacidade de negociar valores mobiliários da 3M.

Finalidade:

Este Princípio ajuda a garantir que a 3M cumpra todas as leis mundiais de insider trading de informações privilegiadas e valores mobiliários. O não cumprimento dessas leis pode resultar em sanções penais e civis para a 3M e seus funcionários, interrupções de negócios significativos e danos à reputação da 3M.

Este Princípio se aplica mundialmente a todos os funcionários e às pessoas que atuam em nome da 3M.

Outras Orientações:

- Informações relevantes não públicas são informações que não estão disponíveis ao público geral e que podem influenciar um investidor a comprar, vender ou manter os valores mobiliários. Exemplos incluem informações não divulgadas sobre:
 - Resultados financeiros da empresa ou unidade de negócios
 - Ganhos por ação
 - Ações de dividendos
 - Fusões, aquisições, alienações ou empreendimentos conjuntos
 - Importantes litígios ou investigação do governo
 - Importantes mudanças na administração da empresa
 - Importantes desenvolvimentos de novos produtos ou avanços em pesquisas
- As informações não são consideradas de domínio público até que tenham sido divulgadas ao público investidor por meio de reconhecidos serviços de notícias, tais como o serviço de notícias da Dow Jones, e que tenha passado tempo suficiente para permitir que as informações sejam divulgadas através dos mercados de negociação - geralmente o terceiro dia de negociação completo após a liberação das informações.
- Não compre ou venda ações ou outros valores mobiliários de qualquer empresa enquanto estiver em posse de informações relevantes não públicas sobre a mesma.
- Não divulgar informações relevantes não públicas sobre uma empresa a qualquer outra pessoa, incluindo familiares, amigos ou colegas, onde as informações possam ser utilizadas por essa pessoa para lucrar com a

negociação de valores mobiliários da empresa, mesmo que você não vá beneficiar-se financeiramente com isso.

- Não recomende ou sugira que qualquer outra pessoa compre, venda ou mantenha ações ou outros valores mobiliários de qualquer empresa, enquanto você possuir informações relevantes não públicas sobre tal empresa.
 - Não forneça acesso a informações relevantes não públicas quando não atender à exigência estrita de "necessidade de saber" para fins de negócios.
 - Pode não ficar claro se determinada informação é "relevante" por isso, busque sempre o conselho da assessoria jurídica da sua unidade de negócios ou não se arrisque - não compartilhe informações com ninguém se achar que pode se tratar de informação significativa e não compra e nem venda ações se sabe de algo que acha que pode se tratar de informações relevantes não públicas.

Sanções:

O não cumprimento dessas leis de comercialização de informações privilegiadas e valores mobiliários pode resultar em sanções penais e civis para a 3M e seus funcionários, incluindo sentenças de detenção, interrupções de negócios significativos e danos à reputação da 3M. A violação do código de conduta da 3M resultará em ação disciplinar, podendo chegar até a demissão dos envolvidos.